



---

## **DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Objeto:** Recurso Administrativo interposto em face do procedimento licitatório nº 79/2014, na modalidade pregão presencial nº 45/2014, que tem por objeto o registro de preços para eventuais e futuras aquisições de medicamentos da farmácia básica, conforme especificação completa no anexo I do edital.

**Recorrente:** Comercial Cirúrgica Rio Clareense Ltda.

### **1. Da Síntese Fática Processual**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa Comercial Cirúrgica Rio Clareense Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0001-49, em face de decisão proferida neste procedimento de pregão presencial em epígrafe.

Questiona em síntese que foi impedido de participar do certame tendo em vista não ter cumprido os requisitos indispensáveis e considerados como requisitos de participação (item 4.2, 4.3 e 4.4 do edital).

Alegaram ter entregado os atestados de boas praticas e demais documentos conforme solicitação editalícia apontando assinatura da Secretaria Municipal de Saúde de 18/06/2014, ultimo dia hábil à apresentação de tais documentos.

Juntou em seu recurso, ofício com assinatura da Secretaria Municipal de Saúde.

Todavia, a Secretaria Municipal de Saúde, em ato contínuo, retificou as informações de apontou as empresas que os documentos, encaminhados no dia 23/06/2014, não poderiam dar aptidão às empresas de participarem do certame, pois não tinham sido apresentados em momento hábil e adequado. Encaminhou-lhes e-mails demonstrando a correção.

No ato da sessão pública, os representantes das empresas, Comercial Cirúrgica Rio Clareense Ltda (recorrente) e Dimaci /BR Material Cirúrgico Ltda, que foram desclassificadas reconheceram o equívoco, e em momento algum demonstraram ato contrário, quando da indagação acerca da data de entrega dos documentos, o que comprovou reconhecerem o erro.

É o relatório.



## **2. Da tempestividade**

Recebo o recurso por ser tempestivo, nos termos da Lei, passando então à análise sincrética processual e material.

## **3. Dos Fundamentos**

A recorrente reclama a desclassificação, haja visto que, teria, segundo esta, protocolado os documentos no período hábil e determinado pelo edital.

Pois bem, o que se pode extrair dos autos é que, as empresas interessadas deveriam entregar os documentos referentes às boas praticas até o dia 18/06/2014, sendo que a licitação seria aberta no dia 26/06/2014, resultando em 04 (quatro) dias uteis antes da abertura do certame.

Alegou que o certame restringiu a participação de proponentes quando concedeu prazo tão exíguo, em seu entendimento, o que dificultou a entrega dos documentos. Eis, ai uma prova de que realmente entregou os documentos fora da data legalmente prevista.

Tal alegação cai por terra, pelo simples fato de que participaram regularmente do certame 08 (oito) empresas, do ramo, conforme autos do processo, o que demonstra cabalmente que o certame observou seus tramites legais, em especial aos requisitos de prazos e publicidade, não havendo que se falar em restrição à competição.

Ademais, se assim o fosse a empresa deveria ter realizado, em até 02 (dois) dias úteis antes da abertura do certame, impugnação ao certame, o que não fez.

Quanto ao protocolo juntado, demonstrando assinatura da Secretaria Municipal de Saúde, percebe-se claramente o intuito dos representantes legais da empresa proponente em burlar o certame, já que são confessos em esclarecer que efetuaram a entrega dos materiais no dia 23/06/2014, isto é, em momento posterior ao exigido no edital. Tal afirmação poderá ser claramente confirmada pelos demais licitantes, já que foi manifesta no ato da sessão pública.

Tanto é que, a outra empresa, que também se dizia injustiçada, sequer apresentou as razões de recurso, reconhecimento o equivoco e erro, único e exclusivo por parta da recorrente.

O que realmente ocorreu, foi que, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu os documentos no dia 23/06/2014, e por desconcentração, ou mero equivoco,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA - PR**  
**ADMINISTRAÇÃO 2013/2016**

---

protocolou-os com se fosse dia 18/06/2014, mas rapidamente reconhecendo o equívoco, retificou as informações encaminhando via e-mails as empresas, conforme documentos em anexo ao processo, e que, aliás, foi apresentado à todas as empresas participantes no ato da sessão pública.

Assim, não há que se falar em ilegalidade do processo, tendo em vista a demonstração de evidente legalidade. O que pode se notar no certame é a intuito desta empresa em induzir este órgão público em erro, atitude que se demonstra totalmente insustentável e inadmissível.

O certame correu seu tramite legal, atingindo o objetivo proposto, qual seja, os princípios da economicidade, ALTA COMPETITIVIDADE, AMPLA PUBLICAÇÃO e prazo mais do que razoável às licitantes, nos termos do processo em anexo.

#### **4. Do dispositivo**

Assim, pelos elementos de fato e direito acima expostos, recebo o presente recurso para o fim de considera-lo IMPROCEDENTE, mantendo-se os resultados apresentados no processo licitatório e modalidade em epígrafe, tendo em vista que o mesmo atingiu o objetivo proposto, qual seja a contratação adequada através da competitividade, ampla disputa e principalmente na aferição da economicidade.

É o que decido.

Autue-se. Publique-se.

Cafelândia, 07 de julho de 2014.

**Vilma Inês Definski**  
Pregoeira

**Elias Cilas Oliveira**  
Pregoeiro